

ALEXANDRE GARCIA

Jornalista

A Seleção
somos nós

Na véspera do jogo com a Noruega, a seleção brasileira já era praticamente hexacampeã do mundo, como garantia o ufanismo do noticiário. No dia seguinte ao jogo de 2 x 1 para a Noruega, a seleção era apenas uma colcha de retalhos, eivada de defeitos. Ou seja, o Brasil é o maior, mas também é vira-lata. Como não vi a partida, fui pesquisar as impressões dos analistas, comentaristas e técnicos infiltrados na população brasileira. E encontrei estes defeitos: lentidão mental, despreparo, falta de espírito de equipe, ausência de liderança, fragilidade emocional, nervosismo nos momentos que exigem cabeça fria, falta de empenho, ausência de “raça” para defender a camisa do Brasil, distância da realidade nacional, técnico estrangeiro, falta de planejamento, falta de craques nas posições decisivas, movimentos táticos ultrapassados e, até no futebol, politização; em torno do maior craque, Neymar. “Jogador de home office”- carimbou o Presidente.

Quando terminei a pesquisa, fez-se a luz. Eureka! Essas são características do brasileiro em geral. A seleção nos representa, como nos representam os vereadores, deputados e senadores a quem nem lembramos se demos o voto. É bem isso que marca nossa eliminação no concerto das nações, mesmo tendo um gigantesco potencial, suficiente para estarmos entre as primeiras nações do mundo, e ombrearmos com Estados Unidos e China. Somos tudo aquilo que diagnosticamos na seleção brasileira, inclusive com o cacoete de sermos campeões antes do jogo e frustrados depois dele, porque

ingenuamente acreditamos nos gritos alheios e nos nossos próprios gritos. Preferimos nos enganar, ainda que a realidade nos mostre reiteradamente que depois sofremos. Viver de esperança é poético, mas nada prático.

A última Copa que acompanhei com interesse foi a de 1970. Fomos tricampeões com “raça”, determinação, competência, estratégia e tática insuperáveis, espírito de equipe, dedicação, sem vaidades ridículas, com rapidez mental e física no campo, técnico e jogadores radicados no Brasil, jogando com entusiasmo. Eram um retrato do país e estimularam um otimismo e entusiasmo que resultou no milagre brasileiro, em que crescemos 11,2% em média anual por quatro anos. Chegamos ao crescimento de 14% do PIB em 1973! Não foi governo; foi a semente da seleção de Zagallo, que caiu em terra boa.

No Evangelho de domingo, Mateus conta a parábola do semeador, em que Jesus menciona os que “olhando, não vêem; ouvindo, eles não escutam nem compreendem”. A alienação que está entre os defeitos da Seleção também é uma das mazelas do eleitor brasileiro, que olha e ouve, mas não vê, não escuta nem entende. E aí, somos eliminados na disputa mundial pelo amanhã de cada um. A eleição dentro de dois meses e meio vai decidir o futuro da nossa família, do nosso emprego, dos impostos que pagamos, da nossa segurança, da nossa saúde, do nosso bem-estar, dos preços e juros que pagamos, do carro, da picanha, das escolas dos nossos filhos e netos, dos hospitais de nossa velhice. Mas só discutimos nomes e não como cada candidato poderá jogar durante os próximos quatro anos. Vai cair onde a semente do voto? Na beira da estrada, no meio das pedras e espinhos ou em terra boa?

YORKI ESTEFAN

Presidente do SindusCon-SP

Espera-se
muito mais dos
candidatos

O Brasil precisa de propostas capazes de enfrentar seus problemas estruturais. A construção civil tem contribuições importantes para esse debate e o SindusCon-SP as está levando aos candidatos à Presidência da República. Entre elas, está a preservação do FGTS como principal instrumento de financiamento habitacional. Na infraestrutura, urge reequilibrar os contratos de obras públicas que ficaram defasados e derrubar os vetos à Lei de Licitações que prejudicam o setor e a administração pública.

Na política ambiental, devem-se estimular os fabricantes de materiais de construção a fazerem e divulgarem seus inventários de consumo de água e de emissões incorporadas de Gases de Efeito Estufa, além de promover a ampliação e o fortalecimento da logística reversa.

Todas estas propostas deverão estimular o desenvolvimento sustentável

e a geração de empregos, porém espera-se muito mais dos candidatos às eleições. O país enfrenta seriíssimos problemas estruturais e, até o momento, as propostas das candidaturas não os abordam ou, quando muito, sugerem medidas paliativas.

Não se veem propostas de efetiva contenção dos gastos públicos, nem medidas para a diminuição da assombrosa dívida pública que mantém os juros em patamares estratosféricos. Ninguém fala em renovação radical de um amplo setor da classe política que usa recursos públicos para fins privados. Prevalece a polarização que se traduz em mera luta pelo poder e não em programas de governo que beneficiem o país.

É insuportável o marasmo das instituições de governo e das candidaturas no enfrentamento destes e de outros problemas. Educação, saúde e meio ambiente, que, junto com a economia, deveriam estar no topo das propostas das candidaturas, estão fadados a virarem notas de rodapé. Este é o triste panorama atual, que exige novas lideranças e propostas que atinjam o âmago das questões e sensibilizem o eleitorado.

ANTONIO GONÇALVES

Advogado criminalista

Crime organizado digital

É inegável que a Segurança Pública é a principal preocupação da população brasileira e o aumento da violência tem sido compreendido pela sociedade com o avanço e desenvolvimento do crime organizado no Brasil.

Em pleno período eleitoral, evidentemente, que propostas e debates envolvendo o tema Segurança pública permearão o centro das discussões das eleições 2026. No lançamento da candidatura à reeleição, o atual presidente da República discursou e afirmou que irá “libertar favelas e territórios” do controle de quadrilhas e facções criminosas. Para tanto, conta com a aprovação da PEC da Segurança no Congresso Nacional para criar o Ministério da Segurança Pública.

A questão central é: A PEC da Segurança é suficiente para enfrentar o domínio das facções criminosas? A resposta clássica de um advogado: depende. Por que tal resposta? A eficácia da medida depende de um conjunto de ações que transcendem a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional e da criação do Ministério da Segurança Pública, afinal, o desafio é como retirar o domínio territorial e financeiro das facções.

A solução perpassa por algumas demandas: primeiro, a criação de um Plano Nacional de Segurança Pública, como pretende a PEC da Segurança, para uma política integrada entre Governo Federal, Estados e Municípios. Significa que uma ação única não respeita as características e particularidades de cada estado? Não. Significa que é importante ter uma linha mestra que estabeleça regramentos uniformes para a segurança.

Segundo, é importante, aliás essencial, investir em tecnologia para as forças policiais. É difícil o Estado brasileiro competir com as facções que atuam com forte poderio financeiro, armamentista e logístico em uma demonstração de atuação totalmente integrada e consoante com as melhores benesses que a tecnologia pode fornecer em uma realidade que dinheiro não é um problema.

Cada dia se torna mais comum a presença do crime organizado digital ante o Estado Democrático de Direito analógico. A escalada do poder das facções é permeada pela fortificação de seus armamentos em velocidade muito superior à quantidade de apreensões que as polícias conseguem realizar. Entram mais armas e de maior calibre do que para as polícias e as operações não conseguem retirar as armas na proporção do volume com que elas chegam ao mundo do crime.

Fora isso, a população pode ter a equivocada impressão de que o crime organizado é adstrito a poucas facções criminosas, reforçada pela medida dos Estados Unidos da América que classificou como organizações terroristas as duas maiores: Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho. O que não significa que o domínio territorial dessas facções seja incontestado.

Em um universo em que existem

mais de oitenta facções criminosas é de se esperar que o conflito por território e controle de mercado seja intenso. Não por acaso, há um volume cada vez maior de armas circulando no País, a fim de fortificar operações criminosas e proteger áreas.

Exatamente por isso as apreensões de fuzis têm ganhado destaque entre as operações policiais, não apenas pela eficiência das ações, como também, pela escalada da violência impingida pelas organizações criminosas que se fortificam e adquirem verdadeiros arsenais bélicos a fim de proteger suas “fronteiras”. Com os conflitos se avolumando no Norte e Nordeste do Brasil, as maiores apreensões de armamento pesado, atualmente, se concentram nessas regiões. Segundo o Instituto Sou da Paz, os estados com maior aumento de apreensões são Bahia, Pará e Ceará.

O Estado brasileiro não tem um poderio armamentista que o permita simplesmente invadir os territórios das organizações criminosas e as desmantelar fisicamente. Afinal, como dissemos, o crime opera de forma digital e o Estado de modo analógico. As facções dispõem de serviço próprio de inteligência, uso continuado de drones para prover sua segurança, inclusive para atacar facções rivais.

Esses drones não são apenas para vigilância, como também, para conflitos, uma vez que esses aparatos também podem portar armamento como granadas e fazer ataques a facções rivais em disputa por controle territorial.

Logo, para minorar a influência do crime organizado é preciso investir em tecnologia, armamento e, principalmente, em inteligência.

Integração, tecnologia e inteligência esses devem ser os pilares a se investir a fim de enfrentar as facções criminosas digitais. Atuar contra o crime organizado precisará de integração entre as forças policiais e os outros órgãos de inteligência como a Receita Federal, o COAF, o Banco Central, dentre outros.

Atuar conjuntamente transformará a eficácia das operações. Ora, mas isso já não é feito? Sim, mas pode ser melhorado com investimentos, com uso maior e melhor de tecnologia para fortificar o serviço de inteligência já existente.

Significa que o antigo modelo de enfrentamento para retomada territorial não mais funcionará? Não, afinal, como dissemos, a realidade dos estados é diferente entre eles e casos, como o Rio de Janeiro, esse conflito entre polícia e facções existe e continuará a ocorrer, mesmo com drones, inclusive das polícias.

A retomada da Segurança Pública pelo Estado brasileiro dependerá essencialmente do quanto será investido para transformar as forças de segurança para o “modo digital” calcado nos elementos centrais: Integração, tecnologia e inteligência.

A aprovação da PEC da Segurança e a criação de um eventual Ministério da Segurança Pública somente farão sentido e terão eficácia se houver investimentos nesses três pilares essenciais para a segurança.